



Anais da Assembléia

N.º 165

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 255ª SESSÃO ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1976
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruet e Jayme Rodrigues Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Quíelse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (45), achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Leopoldo Jacomel, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Enéas Faria, José Domingos Scarpelini, Luiz Carlos Zuk, Otássio Pereira e Rosário Pitelli (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 106/76

O Art. 2.º do Projeto de Lei 106/76, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2.º — Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei 6743, de 04 de dezembro de 1975 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1976, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO:	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO
UNIDADE:	ENCARGOS GERAIS DO ESTADO
FUNÇÃO:	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROGRAMA:	ADMINISTRAÇÃO
SUBPROGRAMA:	PROGRAMAÇÃO ESPECIAL
ATIVIDADE:	ATENDIMENTO A PROJETOS E ATIVIDADES ESPECIAIS
DOTAÇÃO:	2901.03071802.335

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.5.0 — Despesas de Exercícios anteriores Cr\$ 2.115.840,00
 Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1976

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a aprovação do Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. FELISBERTO FOLTRAN, ocorrido sábado último, na cidade de Santa Izabel do Ivaí.

O falecido, respeitável cidadão, exemplar chefe de família e um dos mais proeminentes batalhadores pelas “boas causas” de Santa Izabel do Ivaí, faleceu cercado de amigos, companheiros, correligionários e seguidores dos seus exemplos de dignidade e honradez. Era um dos mais destacados vereadores da egrégia Casa de Leis de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “A imprensa tem publicado diariamente o desespere pelo falta de preparo na administração pública dos não eleitos pelo povo, já se faz sentir e transmite intranquilidade geral no meio do funcionalismo.

Não há sequer uma linha coerente de ação a ser seguida.

Há poucos meses atrás, o Presidente da República vetava o artigo terceiro da Lei 6226, de 14 de julho de 1975, que permitia aos Estados e Municípios a adoção de contagem recíproca de tempo de serviço, sob a justificativa de que o Governo Federal tem por obrigação preservar a autonomia daqueles, nos seguintes termos: “É indispensável a autorização legislativa de cada Estado ou Município”. (Diário Oficial da União, de 15 de julho de 1975).

Hoje, essa autonomia é completamente desrespeitada, quando dois de seus Ministros tentam impor aos funcionários públicos estaduais uma limitação de ajustes salariais na casa dos 20 por cento.

Isso, depois de terem admitido publicamente que a taxa de inflação no corrente ano deve atingir 46 por cento.

Recentemente, uma revista de grande circulação nacional publicou o que seria uma frase famosa do Governador de nosso Estado, em sua campanha política em favor dos candidatos da ARENA: “Se o MDB ganhar, vai baixar o preço do petróleo?”

Outro fato novo que deve ser medido, noticiou-se também que os mesmos Ministros teriam recomendado que os impostos não deveriam subir mais do que 10 por cento em 1977.

A Prefeitura Municipal de Curitiba já começou a entregar as notificações relativas a 1977, e, pelo que se tem notícia, novamente os lançamentos aparecem alterados em percentuais que atingem a casa dos 500 por cento.

O que estará havendo na administração pública? Uma inversão de valores ou uma inversão do povo como instrumento de economia?”

Sr. Presidente, encaminho à Mesa um requerimento cuja súmula é a seguinte: (Lê)
 “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Exmos. Srs. Dr.

JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, encarecendo-lhes seja tomada por mosso Estado uma posição para tranqüilidade dos servidores públicos, tomados de sobressalto diante da notícia divulgada pelos jornais, dando como certa a limitação do aumento ao funcionalismo estadual em 20 por cento, segundo teria sido recomendado pelos Ministros Mário Simonsen e Reis Velloso.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Os jornais de ontem noticiaram com destaque a recomendação que teria sido dada pelos Srs. Ministros Simonsen da Fazenda e Reis Velloso, do Planejamento, aos Secretários da Fazenda e do Planejamento dos Estados, no sentido de que o próximo aumento ao funcionalismo seja limitado em 20 por cento.

Esse fato, mais uma vez, somando-se à atitude anteriormente tomada pelo Sr. Ministro da Justiça, quando encaminhou expediente ao Sr. Procurador Geral da República para que este apresentasse representação da inconstitucionalidade contra o inciso II, do artigo 70 da nossa Carta Magna Estadual, que concede adicionais por tempo de serviço aos funcionários estaduais, vem causando apreensão à classe dos servidores públicos.

Desnecessário seria rememorarmos detalhadamente, em números mais precisos, a defasagem verificada entre aumentos concedidos ao funcionalismo público federal e estadual nos últimos anos, a qual já ultrapassou a casa dos 70 por cento, fato que aliás vem sendo metodicamente demonstrado pelo Deputado Maurício Fruet.

Além desse desajuste, o Governo Federal está concretizando a reclassificação geral de seus servidores, o que vem propiciando a elevação de vencimentos em valores que chegam até 200 por cento, segundo se divulgou amplamente pela imprensa nacional.

Enquanto isso, no Paraná, o Decreto 1.417/75, que vem estampado na sexta página do Diário Oficial do Estado número 207, de 29 de dezembro de 1975, estabelece em sua Tabela I, que os vencimentos do pessoal efetivo do Poder Executivo, dos níveis 1 a 9, seriam de Cr\$ 642; do nível 10 Cr\$ 659,00; nível 11 Cr\$ 700,00; nível 12, Cr\$ 744,00 e nível 13, Cr\$... 822,00, ficando os servidores na espera de que, em maio vindouro, seus vencimentos, que já foram absorvidos até o nível 11 pelo salário mínimo vigente, fiquem à mercê de serem suplantados até o nível 13, pelo novo valor do menor salário admitido pelo Governo e que deve chegar à casa de Cr\$ 1.080,00 em seu próximo reajuste.

Nesse ínterim, o funcionário mais graduado, de nível universitário, deverá ficar na expectativa de passar a perceber somente Cr\$ 4.083,60 mensais?

Forçosamente, temos que admitir a realidade: a maior parte do funcionalismo do Paraná percebe quantia insuficiente para manutenção de sua família.

Considere-se ainda, que até aqui deixamos de mencionar a sacrificada classe do magistério, que ainda aguarda a remessa de mensagem fixando os valores para os níveis propostos em seu Estatuto, já aprovado por esta Casa.

Ainda que o líder do Governo tenha concedido entrevista a emissora de televisão, deixando acreditar na pujança de nosso Estado e que esse problema certamente será contornado pelo Governador do Estado, após seu retorno da Capital Federal, cremos que os servidores públicos estaduais têm direito a um esclarecimento mais concreto sobre o que realmente está ocorrendo.

Falou-se que neste último trimestre seria concedido um abono de emergência. A mensagem, aguardada por todos, não veio.

Falou-se que a Assembléia seria convocada para o fim de

apreciar projeto de lei pelo qual seria concedido aumento ao funcionalismo. Aqui estamos e nada foi ventilado.

Finalmente, falou-se que o aumento seria concedido por Decreto. Daí a nossa apreensão e a intranqüilidade dos servidores públicos estaduais, pois, ao contrário do que se afirma, a Lei número 6763, de 24.12.75, não traz em seu bojo qualquer dispositivo que autorize o Chefe do Executivo a fazê-lo.

A única norma legal, cuja validade constitucional é dúbia, que poderia ser invocada para essa finalidade, é o artigo oitavo da lei 6537, de 15 de maio de 1974, assim redigido:

“Art. oitavo — Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração geral aos vencimentos dos seus funcionários, reajustar, por decreto, os vencimentos do funcionalismo estadual, até os mesmos percentuais e vigência adotados pela União, dentro das limitações orçamentárias”.

Ora, se o Governo Federal está anunciando, através de seus Ministros, do Planejamento e Fazenda, um aumento de apenas 20 por cento, e certamente a partir de 01 de março de 1977, como poderá S. Exa. o Governador do Estado usar desse dispositivo para conceder um aumento maior e a partir de 01 de janeiro?

Não poderá fazê-lo através de Decreto ...

Sendo impossível a solução do problema via decreto, restam-lhe duas alternativas: remeter mensagem propondo aumento de vencimentos ou visando a reclassificação de cargos, durante o período de convocação extraordinária desta Casa, ou esperar o término do recesso e enviar uma delas após 01 de março de 1977, para implantação em folhas de pagamento somente a partir de abril, caso não seja aplicado novamente o “ferrolho” de obstrução por mais 45 dias, prática que já vem sendo adotada e que levará a decisão da matéria para fins daqueles meses.

O próprio Ministro da Fazenda já admitiu que a inflação, no corrente ano, deverá atingir a casa de 46 por cento. Esse índice pode ser comprovado, pelos preços dos alimentos básicos, tais com o feijão, trigo, pão, açúcar, carne (incluindo aves) e verduras, bem como o valor locativo dos imóveis.

Essa inflação vem sendo acompanhada de perto pela taxaço procedida nos lançamentos feitos pela Prefeitura Municipal de Curitiba, onde as “correções” atingem índices de até 500 por cento a mais na cobrança de impostos.

O sacrifício que se pretende impor é demasiado e parece-nos insuportável, considerando os elevados índices que se verificam no custo de vida, nestes últimos 12 meses.

Temos notícia de que o Executivo Municipal de Curitiba solicitou à Câmara de Vereadores reajuste de 38 por cento aos servidores da Prefeitura.

Compete ao Executivo Estadual proceder à reclassificação geral dos servidores do Estado, adequando os Quadros de Pessoal às reais necessidades, para que a administração realmente funcione de forma eficaz.

O período de recesso desta Casa poderá ser o momento oportuno para que assim se proceda.

Por outro lado, nossos servidores merecem receber esclarecimentos sobre o que será feito em seu favor.

A palavra, portanto, está com as autoridades a quem dirigimos encarecidamente este apelo”.

Resta-nos aguardar o bom senso que possa ter o Governo do Estado, em favor dos seus servidores.

Muito obrigado. — (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os infaustos acontecimentos repetem-se na constância dos dias e das noites nas estradas deste País.

Nenhuma medida governamental ou quase nenhuma no

sentido fiscalizativo do trânsito desta Nação tem sido tomada para coibir os abusos que constantemente ceifam vidas nas rodovias existentes no Brasil.

Na manhã de ontem, na cidade de Andirá, por volta das 5 horas da manhã, encontrava-se o motorista de um caminhão tanque parado em plena pista à distância de 3 quilômetros de Andirá, quando, trafegando com um automóvel Volkswagen, vindo de Bandeirantes para aquela cidade, o nosso ex-candidato a Prefeito, e mais 3 pessoas no veículo, foram fulminados pelo acidente causado por aquele motorista, que, presume-se, bêbado, parou na pista o seu caminhão pesado, para descanso.

A ocorrência registrou 4 mortes instantâneas, e prova-se que não há fiscalização de trânsito nas rodovias deste Estado, principalmente porque, embora existindo a pouco mais de 5 quilômetros um posto de guarda rodoviária, não foi identificada a placa do veículo causador do acidente que ceifou 4 vidas de relevante importância aos interesses do Paraná.

É comum paramos nos restaurantes de beira de estrada e vemos uma mesa povoada de garrafas de bebida, garrafas de pinga, distribuídas com nomes e rótulos diferentes, onde motoristas irresponsáveis param e consomem o álcool na quantidade que seu estômago resiste, e, logo depois, entram na estrada como verdadeiros assassinos, provocando horror e morte, enlutando famílias inteiras, sem nenhuma providência governamental.

Ainda há pouco tempo lembro-me que o Sr. Presidente da República, através do Departamento Nacional de Trânsito, quando se propunha uma resolução de proibir o uso do álcool, principalmente nos restaurantes de estradas, foi contestado porque feria os legítimos direitos do ser humano de fazer aquilo que quer fazer, ou deixar de fazer aquilo que quer deixar de fazer.

Foi o que aconteceu em Andirá: Dois jovens, de 30 anos, duas jovens de 25 e 27 anos, morreram fulminados por um desastre provocado por um motorista de caminhão embriagado e que nenhuma providência fora tomada pela fiscalização de trânsito do Estado do Paraná.

Nós apresentamos nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento de pedido de voto de pesar pelo passamento de Ivaldo Bonassim, ex-candidato à Prefeitura Municipal de Andirá pelo nosso Partido, pelo MDB. Moço culto, professor com licenciatura de Educação Física, industrial e agricultor daquela localidade, uma esperança de integração político-administrativa deste Estado; uma esperança de integração de progresso desta Unidade Federativa que desapareceu por um acidente provocado por um irresponsável da estrada.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) A Mesa comunica que já esgotou o seu horário e lhe concede mais um minuto para conclusão.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Lê o requerimento):
“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas por lei, submete à apreciação do Plenário, o presente requerimento de votos de pesar pelo passamento de IVANDO BONASSIM, ocorrido ontem, na cidade e município de Andirá, neste Estado.

Requer ainda, aprovado o presente, seja dado conhecimento à família enlutada, à Câmara Municipal daquele Município e ao Diretório Municipal do MDB daquela localidade.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1976”.

Muito obrigado, Sr. Presidente — (COM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, segundo domingo do mês de dezembro, como tradicionalmente há decênios se faz, comemorou-se o DIA DA

BÍBLIA, com um culto especial desta vez promovido pela Associação de Pastores e Obreiros Evangélicos de Curitiba.

A solenidade, articula-se às atividades desenvolvidas pela Sociedade Bíblica do Brasil, fundada em 1948, que visa, sem discriminações, difundir a Bíblia em nossa Pátria, tendo já distribuído cento e vinte milhões de exemplares, aproximadamente.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Livro dos livros, impresso no todo ou em parte em 1577, línguas e dialetos, tem-se constituído no decorrer da história, no repositório ideal da verdadeira sabedoria.

A respeito dele, destacamos algumas opiniões de eminentes personalidades políticas, culturais e religiosas e educacionais.

O Imperador D. Pedro II se expressou:

“Eu amo a Bíblia. Eu a leio todos os dias e, quanto mais a leio, tanto mais a amo. Há alguns que não gostam da Bíblia. Eu não os entendo, não compreendo tais pessoas; mas eu a amo; amo a sua simplicidade e amo as suas repetições e reiterações da verdade. Como disse, eu leio-a cotidianamente e gosto dela cada vez mais.

Castellar, da forma lapidar, escreveu:

“A Bíblia é a verdade mais pura que de Deus existe na Sociedade, na Natureza e na História”.

Lorde Cecil, manifestou-se dizendo:

“A Bíblia pode comparar-se com um jardim imenso, onde existe uma grande variedade e profusão de flores e frutos, encontrando-se entre estas produções algumas mais belas e essenciais, sendo difícil achar ali qualquer ramo que não tenha sua utilidade e beleza. A salvação para os pecadores é a grande verdade, que, em toda parte da Escritura se apresenta esplêndida e luminosa, mas o homem de coração puro ali vê também traçado o caráter do Onipotente, o seu caráter e o do Mundo. E se algumas frases são impressionantes e fortes, outras são menos vigorosas sendo próprias para investigações”.

Daniel Webster, por sua vez, declarou:

“Tenho lido da Bíblia muitas vezes. Agora tenho o costume de lê-la uma vez ao ano. É o Livro dos livros, tanto para os advogados, como para os teólogos, e tenho pena de quem não pode achar um tesouro de pensamentos e regras de conduta”.

Associando-me a esses abalizados pareceres e lembrando o notável conceito formulado pelo salmista: “Lâmpada para os meus pés é Tua Palavra e Luz para os meus caminhos”. Registro nos Anais desta Casa o meu testemunho pessoal de que nas páginas inspiradas da Bíblia tenho encontrado direção segura, paz, consolo, força e, sobretudo, o caminho da Salvação através de Cristo, que ensinou: “Se permanecerdes na minha palavra verdadeiramente sereis meus discípulos; E conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará”, como encontramos escrito em São João, capítulo 8, versos 31 e 32.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Com a palavra o Sr. Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à tribuna no dia de hoje, o assunto que causou muita polêmica neste País, e a semana passada o Sr. Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Prieto, anunciou em Brasília, a criação de Cooperativas para o trabalhador rural, denominado “Bóia Fria”, achando o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho, que esta seria a solução para esses trabalhadores rurais.

Há poucos dias atrás, ou há poucos meses atrás, achava-se que a solução para esses trabalhadores rurais seria a constituição de empresas e que deveriam contratar a mão de obra desses trabalhadores e alugar esses mesmos trabalhadores e proprietários rurais.

O Senhor Ministro do Trabalho, no programa dele de criação de bóias frias, de cooperativas de bóias frias, abre já, de imediato, pelo menos pelas notícias dos jornais, um crédito de doze milhões de cruzeiros, para se colocar no Estado de São Paulo a

instalação de doze dessas cooperativas, num trabalho de experiência, usando as mesmas palavras do próprio Ministro, para se tentar com isso uma solução para esses homens, tristemente denominados "bóias frias".

E o trabalho que eu vou ler, neste momento, não é somente o pensamento deste Deputado, mas é o pensamento e a palavra oficial do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais do Paraná, palavra esta que tem o respaldo dos demais Estados de São Paulo e Pernambuco, onde no Brasil, esses três Estados, São Paulo, Paraná e Pernambuco, seriam os Estados onde o problema é mais grave.

O Estatuto da Terra, no seu artigo segundo, diz taxativamente. (Lê):

"É assegurado a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei"

Ao que nos parece, existe hoje, uma conceituação geral sobre os termos "trabalhador volante, bóia fria, gato, empresa de mão de obra, etc", que se constitui no fulcro de nossas considerações, nesse trabalho, fruto do pensamento unânime do sindicalismo rural paranaense, em relação ao problema amplamente debatido em reuniões e encontros regionais, realizados nas regiões onde há maior incidência do problema, como Jacarezinho, Cornélio Procopio, Umuarama, Paranavai e Campo Mourão.

Nosso objetivo principal é a busca de soluções para uma situação de todos conhecida.

Em síntese, todavia, o problema teve sua origem na má interpretação do Estatuto do Trabalhador Rural, quando os proprietários para fugir às obrigações pelo mesmo impostas, passaram a contratar os serviços de um único homem, o empregado, que se encarregava de determinado serviço, contratando por sua vez mão de obra por conta própria, arregimentando para isso trabalhadores desempregados, e os pagando por dia de serviço a um preço previamente fixado, evidentemente com lucros ocorrentes da diferença recebida e o salário ínfimo oferecido.

A prática foi paulatinamente generalizando-se e hoje assume proporções assustadoras em consequência de outros fatores de gerações, tais como: a) mecanização de grandes áreas, com a substituição do pé do lavrador pela esteira do trator, ou pelo trator para mecanização.

Aquele é obrigado a deixar a terra para dar lugar à máquina que conta inclusive com maciços incentivos governamentais, financiamentos oficiais e juros subsidiados. b) Destruição praticamente total da lavoura cafeeira (que normalmente exige grande contingente de mão de obra), que vai sendo substituída por outros tipos de cultura, igualmente mecanizada e com incentivos. c) Expansão das grandes propriedades que, paulatinamente, vão absorvendo as pequenas, muitas vezes através de métodos não muito escrupulosos.

Poderíamos citar inúmeros exemplos concretos, como um que ocorre em Jacarezinho: um empregado com salário fixo de Cr\$ 4.500,00 mensais, trabalha com um caminhão de propriedade da fazenda, que custeia toda sua manutenção; o seu trabalho consiste exclusivamente em "arrebancar os trabalhadores ao clarear do dia e levá-los de volta ao anoitecer.

Tem autorização para exercer a atividade que bem entender com o caminhão no restante do período. Soube-se que contratou com terceiros a colheita de 700 arrobas de algodão a Cr\$ 11,00 por unidade, tarefa que entregou a outros "bóias frias", aos quais pagou Cr\$ 7,00 por arroba; terminou o trabalho em dois dias, tendo um lucro líquido de Cr\$ 3.000,00.

Na mesma cidade, operam no setor, cinco grandes verdadeiras "empresas" e uma enormidade de "gatos", que movimentam diariamente, cerca de 150 veículos, transportando trabalhadores volantes.

AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES

No meio urbano, pensou-se em encontrar uma solução para o problema similar, através da legalização da profissão do "gato", por meio de legislação própria, e que se tem demonstrado, além de supérflua, fontes de muitas burlas. Fazemos uma análise da mesma:

A LEI 6.019 NA PRÁTICA

Oportuna uma análise da Lei 6019, de 03 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas", especialmente quanto às consequências que dela já se podem colher após seu ano e meio de vigência e aplicação.

Inegável é a realidade que tal diploma teve, como objetivo último, dar amparo legal a uma situação de fato ILEGAL, pré-existente, que é a locação do trabalhador, dando lucro a um intermediário, e afastando a empresa que usufrui deste tipo de trabalho das obrigações que lhe impõem a legislação social vigente.

Muitas vozes se levantaram quando a mesma estava em gestação, através de uma luta mais política do que jurídica, luta esta que continua até hoje, visto que a posição do advogado trabalhista, está limitada pela própria existência da regulamentação legal.

O primeiro grande prejuízo sofrido pelo trabalhador contratado como temporário está no fato de que o assalariado passa a ser tratado como MERCADORIA A SER ALUGADA, em detrimento das normas constitucionais vigentes.

O empregado deixar de ser uma força componente do contrato de trabalho, nos termos normais existentes, para ser integrado como "capital" de uma empresa. O que se visa, filosoficamente, através do contrato de trabalho é o "fruto do trabalho", isto é, o que leva alguém a celebrar um contrato de trabalho, é obter a transferência da titulariedade dos frutos resultantes do trabalho de outrem, mediante o pagamento de uma contraprestação. Dentro deste raciocínio, o que visa a empresa de locação de mão de obra, ao contratar empregados, é a obtenção de um título prévio de titulariedade dos frutos do trabalho do empregado, com o intuito de cedê-los a terceira pessoa, atingindo, desta forma, o seu fim último: o LUCRO.

O trabalhador é desrespeitado na medida em que o seu salário é reduzido. A redução salarial é inegável, tendo em vista que a empresa locadora de mão-de-obra tem como objetivo o lucro, necessariamente, da parte mais fraca, o empregado.

Além da imoralidade decorrente do lucro, como consequência do trabalho alheio, que passa a ser mero OBJETO DE LOCAÇÃO, é ele o próprio capital da locadora.

A contratação do obreiro, nos termos de regulamentação em vigor, importa no afastamento do empregado como força operante integrada em sua comunidade, e que se dá através da integração do mesmo à empresa onde trabalha. Isto está vedado ao trabalhador temporário.

O trabalho não pode ser considerado como simples mercadoria, a não ser que já se considere como um objeto, passível de disposição por parte daquele a que, por força de contrato, obtém o título; é o que ocorre nos termos da lei em exame.

As únicas posições que permitem a aplicação da legislação existente, trabalho-objeto, são totalmente contrárias a todo o pensamento filosófico hoje dominante no mundo moderno, que proclama o valor do trabalho humano como fator de engrandecimento do homem e do meio social a que ele está integrado.

Na medida em que a aplicação da legislação em exame vai se desenvolvendo, mais gritante floresce a conclusão de que a mesma se é possível ante a desvinculação do trabalho em relação àquele que o presta, o que nos leva à impossibilidade de sua defesa. Desde o Tratado de Versailles se adotou a filosofia de que o trabalho é um BEM JURÍDICO, objeto de tutela especial do Estado com direta repercussão sobre a pessoa humana do trabalhador.

Se se admite que a finalidade da empresa locadora de serviço é exatamente o "serviço a prestar" e, através deste, a obtenção de lucro, forçosamente teremos que admitir que o objeto de sua comercialização é o trabalho pessoal de outrem. E, como o trabalho não se separa de seu prestador, temos que, em última análise, é a própria pessoa humana do trabalhador, que vem a ser o objeto da atividade da empresa, a sua MERCADORIA.

Esta identificação capital-trabalho para a obtenção de lucro deturpa o conceito da empresa, que supõe a atuação do trabalho sobre o capital para a obtenção do lucro.

Tendo em vista o permissivo da Lei 6019, que, na realidade descinvula o empregado da tomadora que, em última análise, é a empresa que usa o seu trabalho sobre o seu capital para a obtenção de lucros, impossibilitada está a integração social e econômica do empregado como "participante da comunidade de produção", tendo em vista que o seu trabalho é propriedade da empresa, à qual, na prática, ele está vinculado. Não poderá, nunca, aspirar à co-gestão da empresa em que efetivamente trabalha, porque o seu vínculo é com outra. Não se integra como força produtiva atuante, porque sempre é e sempre será "temporário".

Provado está assim, que tal legislação não permite a aplicação dos preceitos constitucionais que garantem a integração do trabalhador na empresa (arts. 160 e 165, V).

No meio urbano, nota-se um esvaziamento gradativo das categorias profissionais, principalmente se for levado em conta que o objetivo último das locatárias é a fuga às obrigações consolidadas, o que sempre é possível nos termos em que está posta a matéria; está sempre presente a possibilidade de fraude, bastando para tanto, que se opere uma rotatividade do prestador mascarando assim, o "trabalho temporário".

A locação da mão-de-obra desonera, igualmente, as tomadoras das obrigações decorrentes de contratações coletivas, ou de sentenças normativas (já que o trabalhador temporário está desvinculado da categoria profissional a que ele pertence).

Outro fato gerador da insegurança social é a falta de garantias em relação ao próprio cumprimento das obrigações pertinentes às empresas locadoras, pois, via de regra, não dispõem de qualquer patrimônio para responder pelas mesmas — bem limitadas ao caso de falência da locadora. A garantia subsidiária que a lei pretende oferecer não atinge a prática, eis que está na dependência da falência da locadora, quando a locatária responderá subsidiariamente e, mesmo assim, PELO TEMPO EM QUE FOI TOMADORA DO SERVIÇO DO EMPREGADO, elementos que, evidentemente, diluem-se no espaço e no tempo, tornando-se inaplicáveis na prática.

Alguns doutrinadores pretendem apontar vantagens decorrentes da Lei 6019, entretanto, sua argumentação parte de outra realidade social, onde existe equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, o que, infelizmente, ainda não ocorre no Brasil.

Tal Diploma Legal seria desnecessário em nossa Pátria, eis que a legislação social vigente oferece aos remédios necessários para todas as situações, a Consolidação das Leis do Trabalho, por exemplo, prevê o "contrato por prazo determinado", que pode perfeitamente atender ao que pretende a lei: situações de emergência, para suprir lacunas criadas com o afastamento do pessoal, regular da empresa ou acréscimo "extraordinário" de serviço.

Todavia, o que se tem verificado na prática, especialmente no setor bancário, é que a Lei tornou-se uma verdadeira "válvula de escape" para fugirem tais organizações de obrigações resultantes de convenções e dissídios coletivos (que oferecem algumas vantagens conquistadas pela classe ao longo dos anos), contratando com as locadoras a prestação de serviços de caráter permanente, com vigilância, telefonia e mesmo escriturários. As próprias organizações bancárias "criam" empresas paralelas

de locação de mão de obra, para efetuarem a burla legal.

A jurisprudência em torno da matéria ainda é restrita, em decorrência do pouco tempo de vigência da Lei, mas está se conduzindo no sentido de considerar nulos em pleno direito os contratos de intermediação que não satisfaçam as restritas condições impostas pela mesma, especialmente quanto à excepcionalidade do serviço e ao prazo de sua prestação (no máximo de três meses), contrato escrito com pormenorizada especificação das necessidades e do serviço a ser prestado etc.

Assim, a Sétima Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, examinando uma reclamatória contra o Banco do Brasil (proc. 1394/75), deu pela sua procedência, após longo arrazoado, do qual estacamos: "18.

Conquanto seja engenhosa a mecânica através da qual o Banco do Brasil esvaziou de funcionários um setor inteiro de sua organização e colocou ali empregados de uma empresa locadora, não se pode deixar de registrar que a atividade é nitidamente bancária e que corresponde à necessidades normais e permanentes da organização bancária" "21.

Por tudo isso, entendemos que a empresa e a Tomadora não são mais do que empresas fichadoras de trabalhadores que assumem a responsabilidade social que o Banco não quis assumir, por razões econômicas ou burocráticas que escapam à nossa análise.

As verdadeiras relações, no entanto, travam-se, ou travaram-se entre o Banco e os supostos empregados da Tomadora.

Tais empregados são bancários do Banco do Brasil e fazem jus às vantagens estabelecidas por esta organização".

Já é um pronunciamento do Judiciário especializado a respeito de tais burlas, aos verdadeiros objetivos da Lei, e temos certeza de que todos os empregados nas mesmas condições que a ele recorreram terão seus direitos garantidos.

Concluimos, portanto, que a Lei 6019 não atingiu os seus objetivos e que é totalmente supérflua, eis que as situações realmente eventuais, "extraordinárias", já são previstas na legislação vigente.

Inaplicável, portanto, legislação similar ao homem do campo, pelos motivos jurídicos e filosóficos acima apontados.

OS SINDICATOS OU AS COOPERATIVAS:

Muitos pendem para soluções similares às encontradas para os chamados "trabalhadores rodiziados", ensacadores, carregadores, consertadores, etc., para a criação de cooperativas de trabalho.

Em primeiro lugar, nosso ponto de vista é de que tais soluções viriam, de certa forma, repetir os vícios apontados acima em relação à aplicação da Lei 6019, pois proporciona, da mesma forma, a exploração inadequada do trabalho humano e foge totalmente da filosofia do Estatuto da Terra, que é a fixação do homem ao campo.

Por outro lado, para resolver o caso de Jacarezinho, por exemplo, o Sindicato, ou a Cooperativa, pretendendo desenvolver honestamente as suas atribuições, necessitaria de uma infra-estrutura complexa e de alto custo (que evidentemente, teria de ser retirado do trabalho do homem).

Somente ali, seriam necessários - segundo o levantamento efetuado - 40 ônibus, 60 kombis, 120 motoristas e cerca de 30 funcionários, além de locais apropriados para o "ponto de rodízio" ou de chamada.

Atualmente mais de 150 veículos - 6.000 trabalhadores.

"Qualquer um pode avaliar o custo de tal empreendimento e o valor necessário para a sua manutenção.

Somente este aspecto bastaria para demonstrar a sua inviabilidade."

Soluções viáveis que apresentamos ao Ministério do Trabalho:

APLICAÇÃO DA LEI NÚMERO 5.889 e da C.L.T.

Demonstramos acima que a CLT oferece as soluções necessárias e hábeis para os casos de situações realmente "eventuais" ou realmente "extraordinárias".

O mesmo ocorre em relação ao campo.

Não existe, na lavoura, situações imprevisíveis: todo agricultor sabe perfeitamente a época do preparo da terra, do plantio, das carpas, etc.

Assim, como a CLT, a Lei 5889 foi sábia ao prever em seu artigo 14 situações de maior necessidades de mão-de-obra: a época da "safra".

**O ARTIGO TERCEIRO DO MESMO DILPOMA
LEGAL CONSIDERA EMPREGADOR RURAL
A PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA,
PROPRIETÁRIA OU NÃO, QUE EXPLORE
ATIVIDADE AGRO-ECONÔMICA, EM CARÁTER
PERMANENTE OU TEMPORÁRIO...**

Basta a aplicação desta Lei ou do contrato por prazo determinado, ou por obra certa, dentro dos princípios consolidados, para que o trabalhador reste amparado legalmente e o proprietário esteja tranqüilo quanto ao cumprimento de seu alto dever social como detentor da terra.

Ao que nos parece, uma fiscalização efetiva por parte dos órgãos competentes, especialmente o Ministério do Trabalho, solucionaria de imediato o problema, como já ocorreu em outras áreas; na construção civil, por exemplo, onde eram contratados empregados para determinadas tarefas de uma obra, considerado eventual. As sucessivas autuações deram solução praticamente definitiva à irregularidade, extirpando tais abusos — em tudo similares ao que vem ocorrendo no campo".

Concluindo, temos a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que, a nosso ver, bastaria a aplicação da legislação vigente para solucionar o problema do trabalhador eventual no campo, pois ela é boa e oferece os meios necessários para o amparo tanto do trabalhador quanto do proprietário.

b) Preservação dos dispositivos legais que garantem ao trabalhador a estabilidade e a prescrição biennial dos seus direitos, a partir da rescisão do contrato de trabalho.

c) Aparentamento da Justiça em geral, e, em especial, da Justiça do Trabalho, mediante a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nos centros de maior densidade populacional e de maior incidência de trabalhadores rurais assalariados.

d) MAIS ESTÍMULOS AOS PROPRIETÁRIOS QUE MANTIVEREM FAMÍLIAS EM SUAS PROPRIEDADES.

Esses estímulos poderão ser traduzidos através de prioridade aos proprietários que mantêm famílias em suas fazendas, dando-lhes toda cobertura financeira, visando a continuidade do homem na terra. Tal medida visa a que não se alastre, ainda mais o problema do êxodo rural, esvaziando enormes áreas campestres e, conseqüentemente, provocando o congestionamento no setor urbano. A mão de obra precisa e deve ser amparada. Propomos que a importância do financiamento seja estimada em proporção ao número de famílias que trabalha em determinada propriedade. Isto em muito contribuirá para que o empregador tenha interesse em não só conservar as famílias em suas propriedades, como também arregimentar mais.

e. DESAPROPRIAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Não podemos negar que, aos poucos, a filosofia do atual Governo, expressa no Estatuto da Terra, especialmente em sua Mensagem, vem tendo aplicação gradativa em nosso País, especialmente em nosso Estado. Esta é a solução ideal, que as áreas improdutivas dos latifúndios, por exploração ou extensão, sejam gradativa e racionalmente desapropriadas, para ali se fixar o homem que pretende produzir com sua família (aplicação da filosofia do "módulo"), dando-lhe também, todos os incentivos que hoje são oferecidos aos grandes empreendimentos

agrícolas, especialmente assistência financeira.

Estariam a colaborar em tais projetos, evidentemente, os organismos sindicais, desde a base até a cúpula: Sindicatos, Federações e Confederação.

Torna-se necessário, para o alcance de tais objetivos, a sustação imediata do processo desumano de êxodo rural forçado ou despejo em massa dos trabalhadores rurais, assalariados, meeiros, parceiros, posseiros, etc., até que a Reforma Agrária venha regularizar a sua fixação na terra.

É mais fácil, mais sensato, mais racional, planejar antes, para a fixação do homem na terra, do que tentar remediar, depois, o estado de desintegração e marginalização das famílias nas periferias das cidades, aumentando o número de favelados e mendigos.

O elevado grau de concentração de propriedade da terra, com muitos agricultores sem terra, formando uma mão de obra abundante e barata para exigir os direitos garantidos pela Lei, é o que caracteriza a atual situação agrária no País.

Uma efetiva Reforma Agrária é a única solução possível para a humanização da hedionda condição de vida que ainda se impõe ao nosso trabalhador rural.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Concluindo ainda este trabalho, como eu disse, o pensamento do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais sobre assunto, nós ainda pedimos, não em caráter regional do Estado do Paraná, mas em caráter Nacional.

Principalmente hoje, há grandes empresas econômicas, bancos, ou pessoas, que investem exclusivamente na compra de terras para guardá-las para a posteridade.

Nós reivindicamos que o Governo Federal coloque os impostos nestas propriedades improdutivas, gradativamente, que aumente anualmente, até o ponto em que estas propriedades passem a ser exploradas para cumprir com o seu valor e a sua real utilidade, em favor de uma população rural.

O que não é possível...

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa comunica ao nobre orador que está esgotado o tempo que lhe é reservado, e concede mais um minuto para a conclusão de sua oração.

O SR. LÁZARO DUMONT — Não é possível, Sr. Presidente, que nós ainda estejamos vivendo num País onde a exploração deste homem rural se assole de tal maneira.

Onde muitas vezes nós, que viajamos por estas estradas, encontramos caminhões que transportem bois, até com telas para proteger estes bois, que vão para o matadouro, encontramos veículos totalmente desamparados, sem qualquer proteção ao homem, muitas vezes nós chegamos a imaginar o que vale mais: Um boi que vai para o matadouro, ou o homem que vai produzir e dar alimento à nossa Nação?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa consulta a Liderança da Arena se usará o tempo que lhe é reservado.

Tendo declinado, consulto a Liderança do MDB se usará o tempo que lhe é reservado.

Tem a palavra o nobre Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Está fazendo, hoje, 8 anos que foi assinado o AI 5.

Desde então, este País vive na anormalidade; desde então, este País vive regido pela anti-lei que é esse instrumento mais terrível que macula a história política deste País.

Não é, Presidente, este ato que hoje faz 8 anos, remédio para nenhum mal.

Não foi, em nenhum instante, remédio para nenhum mal, mas, única e exclusivamente, um instrumento de manu-

tenção do Poder.

Por ele, depositou-se nas mãos de um único homem, poderes absolutos que nem o Imperador deteve na história deste País.

Pode ele, por esse ato, cassar mandatos e suspender direitos políticos, sem que a vítima possa exercer qualquer defesa.

O assassino, o fascínora, o autor do crime de latrocínio, estes terão defesa, terão advogado constituído pelo próprio Estado, se não puderem pagar a sua defesa e se defender.

Se o processo não estiver correto, os Tribunais o anulam.

Mas, a vítima da prepotência e da arbitrariedade desse AI, não tem defesa nenhuma.

Não têm defesa os parlamentos quando podem ser fechados por ato do Presidente da República, baseado nesse instrumento.

Podem os municípios ser objeto de intervenção; pode também ser decretada intervenção nos Estados; pode-se confinar pessoas, obrigando-as a domicílio específico, tirando-lhes o direito de ir e vir; pode-se confiscar bens; pode-se fazer tudo com esse ato.

Só não se pôde e não se fez é resolver os problemas graves e angustiantes deste País, porque só dentro de uma democracia, só na democracia, só na lei, só diante da lei é que se acham soluções democráticas para os graves e terríveis problemas que qualquer País enfrenta.

É por isso, Sr. Presidente, que, depois de 8 anos, já ninguém mais tem autoridade moral e tem coragem para defender esse instrumento.

Já se nota neste oitavo aniversário inclusive nos setores do sistema, abalisados e respeitados, vozes que se levantam para defender anormalidade democrática neste País, cujo exemplo maior e mais saudável, por ocasião do oitavo aniversário do AI 5, foi a fala do insígne General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, do Superior Tribunal Militar, ao saudar o General Reynaldo Almeida, por ocasião de sua posse.

Por primeiro, defendeu aquele eminente General, a necessidade de se restabelecer as garantias tradicionais do Poder Judiciário, de forma que sem qualquer restrição, se possa proteger efetivamente os direitos do cidadão contra os abusos do Estado e daqueles contra a ética e a moral.

O mesmo Ministro do Superior Tribunal Militar defendeu na ocasião, e essa sua defesa e essa sua posição surgiu como um brado de condenação aos instrumentos de exceção que ainda existem.

Defendeu uma Constituição renovada, que assegure em seu texto, além do regime democrático, republicano e federativo, a harmonia e independência dos Poderes, as franquias individuais e funcionais e a representatividade popular e efetiva.

Tudo o que é defendido por uma Constituição dessa forma, pelo General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, é negado inapelavelmente, pelo AI 5.

E dizia e acrescentava o Gal. Rodrigo Otávio, no final do seu pronunciamento:—

“Não há outra opção a fazer”.

Realmente, não há outra opção a fazer nesta hora, do que todos os homens responsáveis e sérios deste País, em vez de defenderem imoralidades ou a prorrogação de mandatos, ou a coincidência de mandatos, defenderem, isto sim, a normalidade democrática para este País.

Os que não tiverem consciência do papel que devem desempenhar, que peçam licença e que desocupem os cargos que estão ocupando; mas, que não defendam, de nenhuma forma, imoralidades como a prorrogação de mandatos ou a coincidência de mandatos; mas, que defendam, isto sim, o restabelecimento da plenitude democrática deste País, porque só dentro da democracia, porque só dentro do Estado de Direito, é

que encontraremos respeito à dignidade humana, é que encontraremos a segurança para o cidadão, é que encontraremos soluções políticas que o País reclama; é que podemos construir, trabalhar e progredir.

É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que neste oitavo ano de escurecimento neste País, motivado pelo AI 5, faço desta tribuna a mais veemente condenação de todo e qualquer instrumento de exceção, porque sei, defendendo e proclamo que só a democracia pode oferecer o caminho que queremos.

Faço, portanto, minhas as palavras do Gal. Reynaldo Melo Almeida, ao encerrar o seu discurso de posse no Superior Tribunal Militar, quando assegurou:—

“A Democracia está aparelhada para sua defesa; sem violência, pois, o emprego desta, seria o crime contra o crime”.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Está encerrada a litora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

SEGUNDA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 106/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 115/76, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de 2 milhões, 115 mil 840 cruzeiros, destinado a atender despesas de pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, existe uma Emenda Substitutiva, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni e outros, constante do expediente.

Necessita de apoio.— Os Srs. Deputados que apoiarem, permaneçam como estão.— APOIADA. Assim sendo, retorna o projeto às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felisberto Foltran, ocorrido na cidade de Santa Isabel do Ivaí. —APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ivaldo Bonacin, ocorrido na cidade de Andirá. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo seja tomada por nosso Estado, posição para tranquilidade dos servidores públicos, diante da notícia divulgada pelos jornais, dando como certa a limitação do aumento ao funcionalismo estadual em 20 por cento, segundo teria sido recomendado pelos Ministros Mário Simonsen e Reis Veloso. APROVADO.

A Mesa assinala a presença em nosso plenário, do Sr. Aquiles Lazaroto, Prefeito eleito por Bocaiúva do Sul.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 270/76.

SEGUNDA DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 325/76 e 344/76.

Levanta-se a sessão.